

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Os objetivos e as metas deste plano somente poderão ser lançados se ele for concebido e acolhido como Plano de Estado, mais do que Plano de Governo e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pelo Congresso Nacional, em um contexto de expressiva participação social, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e da sociedade civil e a conseqüente cobrança do cumprimento das metas nele propostas, são fatores decisivos para que a educação produza mudança no panorama do desenvolvimento, da inclusão social, da produção científica e tecnológica e da cidadania do povo brasileiro.

V. Didonet. **Plano Nacional de Educação (PNE)**, Brasília – DF: Plano 2000, p. 13 (com adaptações).

Considerando a importância do Plano Nacional de Educação (PNE) para a educação brasileira, julgue os itens a seguir.

- 76** A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelo MEC, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente e a busca de parceria com universidades e instituições de ensino superior.
- 77** Segundo o PNE, as metas para a educação infantil, em virtude do seu caráter obrigatório, estão relacionadas à demanda potencial, que é definida em função do número de crianças nessa faixa etária.
- 78** O PNE contemplou a educação para todos os segmentos da população brasileira, com exceção daqueles considerados como da terceira idade.
- 79** As taxas de analfabetismo acompanham os desequilíbrios socioeconômicos regionais brasileiros, tanto no que diz respeito às regiões político-administrativas como no que se refere ao corte urbano/rural.
- 80** De acordo com o PNE, a integração entre a formação formal, adquirida em instituições especializadas, e a não-formal, adquirida por meios diversos, inclusive no trabalho, não pode ser estabelecida por um sistema de reconhecimento de créditos.
- 81** A identificação de crianças com altas habilidades (superdotadas ou talentosas) desconsiderará o contexto socioeconômico e cultural e será feita por meio de observação sistemática do comportamento e do desempenho do aluno.
- 82** A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa, contínua e permanente na forma de disciplina específica e obrigatória para todos os níveis e modalidades de ensino.
- 83** O mais razoável seria promover a expansão da educação superior estadual, valendo-se dos recursos oriundos dos 25% constitucionalmente vinculados à educação.
- 84** Mesmo sem a universalização do atendimento de crianças e adolescentes na faixa de sete a quatorze anos de idade, o PNE trata da ampliação da duração do ensino fundamental obrigatório para nove anos, com início aos seis anos de idade.
- 85** No que diz respeito a escolas técnicas, argumenta-se no PNE que, em razão da oferta restrita, foi criado um sistema de seleção que tende a favorecer os jovens trabalhadores, que são os que dela mais necessitam.
- 86** Com a Constituição Federal de 1988, cinquenta anos após a primeira tentativa oficial nesse sentido, ressurgiu a idéia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área da educação.

- 87** Uma das metas do PNE é equipar, em dez anos, todas as escolas de nível médio e as do ensino fundamental com mais de cem alunos, com computadores e conexões Internet que possibilitem a instalação de uma rede nacional de informática em educação.

No que se refere ao Conselho Nacional de Educação (CNE), julgue os itens seguintes.

- 88** As atribuições da Câmara de Educação Básica do CNE incluem examinar problemas e oferecer sugestões na área de educação infantil, ensino fundamental, educação especial e ensinos médio e tecnológico.
- 89** As deliberações das Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior do CNE prescindem de homologação pelo ministro da Educação.
- 90** Compete ao CNE analisar e emitir pareceres acerca de questões relativas à aplicação da legislação educacional no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem.
- 91** Cabe ao CNE a deliberação sobre os relatórios para reconhecimento periódico de cursos de mestrado e doutorado, elaborados pelo MEC, com base na avaliação dos cursos.
- 92** Cabe à Câmara de Educação Superior a elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de graduação.

O ato de educar é uma práxis. E, como toda práxis, supõe uma relação recíproca entre teoria e prática.

A escolha dos conteúdos e do método não é casual, mas se enraíza, quer o professor saiba ou não, em uma determinada concepção de homem e de sociedade, concepção esta que não é neutra, estando impregnada da visão política que a anima.

M. L. de A. Aranha. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1996, cap. 15, p. 148-151 (com adaptações).

Em relação às tendências pedagógicas e ao currículo que têm se firmado nas escolas pela prática dos professores, julgue os itens que se seguem.

- 93** Uma concepção dinâmica de currículo só pode ser construída quando currículo e sociedade são considerados conjuntamente. A relação estreita entre currículo e sociedade começou a ser reconhecida no Brasil a partir do final da década de 60 do século XX.
- 94** As propostas curriculares atuais são elaboradas pelos sistemas de educação estadual e municipal, o que dá origem aos documentos curriculares que devem ser adotados pelas escolas como programa oficial.
- 95** Um currículo moderno, que valoriza a interdisciplinaridade, abre novas perspectivas no desenvolvimento de habilidades de crianças e jovens.
- 96** No que se refere ao pensamento curricular, a teoria de Paulo Freire representa o primeiro esforço de focar conhecimento e currículo com base em um interesse de emancipação.
- 97** Ao organizar o currículo da educação infantil, o sistema municipal deve garantir que a avaliação a ser empregada determine o acesso do aluno às etapas desse nível e ao nível subseqüente.
- 98** Para os defensores da perspectiva conteudista, o currículo engloba as atividades essenciais que a escola não pode deixar de desenvolver, tais como o contato com conceitos científicos e com as comemorações cívicas, sob pena de se descaracterizar a especificidade do currículo.

- 99** A tendência tecnicista foi introduzida no Brasil efetivamente no final dos anos 60 do século XX, entretanto, apesar da máquina oficial, não há indícios seguros de que os professores da escola pública tenham assimilado essa tendência, pelo menos quanto ao ideário.
- 100** A LDB generalizou as disposições básicas sobre o currículo, estabelecendo o núcleo comum obrigatório, em âmbito nacional, para a educação infantil e o ensino fundamental.
- 101** A preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade, de acordo com as aptidões individuais, caracterizam a atuação da escola na tendência liberal tradicional.
- 102** Contraditoriamente, o ideário da escola nova contribuiu para uma maior elitização do ensino, sobretudo no Brasil, porque ao dar ênfase à qualidade e à exigência de escolas aparelhadas e professores altamente qualificados, pôs a escola pública em posição inferiorizada.
- 103** A partir da segunda metade da década de 70 do século XX, os educadores, na busca de soluções para as críticas feitas à pedagogia liberal, depararam-se com as teorias crítico-reprodutivas da educação, que denunciavam o caráter reprodutor da escola e negavam a esta qualquer possibilidade de alteração na estrutura social.
- 104** Para a pedagogia progressista, o trabalho do professor é especificamente pedagógico; no entanto, esse profissional precisa ter clareza quanto ao processo político no qual está inserido para não sucumbir à ideologia.
- 105** No tecnicismo, o interesse centra-se na racionalização do ensino e no uso de meios e técnicas que permitam atingir os objetivos instrucionais operacionalizados.
- 106** A tendência pedagógica libertadora, mais conhecida como pedagogia de Paulo Freire, espera que a escola transforme os alunos em um sentido autogestionário, resistindo contra a burocracia como instrumento da ação dominadora do Estado.
- 107** A pedagogia libertária vê o processo educativo como tarefa que se dá no interior dos grupos sociais, cabendo ao professor o papel de coordenador ou animador das atividades que se organizam pela ação conjunta dele e dos alunos.
- 108** A ênfase que a tendência não-diretiva dá ao processo de desenvolvimento das relações e das comunicações reforça a transmissão dos conteúdos.
- 109** Na escola nova, as atividades da criança só terão valor se corresponderem às necessidades da sociedade.
- 110** A pedagogia crítico-social dos conteúdos incorpora os métodos que foram engendrados nas concepções liberais, mas de forma redirecionada, para suprimir a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares.
- Considerando a legislação educacional no âmbito da Constituição Federal, da LDB — Lei n.º 9.394/1996 — e do FUNDEF — Lei n.º 9.424/1996 —, julgue os itens subseqüentes.
- 111** A Emenda Constitucional n.º 14, de 12/9/1996, priorizou o ensino fundamental, disciplinando a participação de estados e municípios no tocante ao financiamento desse nível de ensino.
- 112** O texto constitucional define como um de seus princípios a valorização dos profissionais do ensino, garantindo-lhes planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso por concurso público, por reconhecimento de notório saber ou por comprovada experiência.
- 113** A Constituição Federal assegura às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e prevê que as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público.
- 114** A Constituição Federal garante o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- 115** A Constituição vigente prevê o atendimento ao educando, nos ensinos fundamental e médio, no que se refere a transporte, alimentação e assistência à saúde.
- 116** Na distribuição de competências referentes à educação infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB são explícitas na co-responsabilidade das três esferas de governo — municípios, estados e União — e ainda da família.
- 117** De acordo com a Carta Magna, a oferta da modalidade de ensino denominada educação de jovens e adultos, de forma gratuita, no nível fundamental não se constitui em direito público subjetivo.
- 118** A Constituição Federal estabelece que o dever do Estado com a educação efetiva-se mediante a garantia, entre outras, da progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio.
- 119** A LDB introduziu uma abertura de grande alcance para a política educacional, ao estabelecer que o poder público incentivará o desenvolvimento de programas de educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino.
- 120** Ao consagrar cursos de graduação em período noturno nos mesmos padrões de qualidade dos diurnos e obrigar as instituições públicas a aderir a eles, a LDB propicia o atendimento às necessidades de uma parcela significativa de jovens e adultos trabalhadores.
- 121** A LDB incorporou o princípio da avaliação como parte central da organização nacional, destacando-se o processo nacional de avaliação do rendimento escolar nos ensinos fundamental, médio e superior em colaboração com os sistemas de ensino.
- 122** Segundo a LDB, a finalidade da educação é de natureza tríplice pois visa o pleno desenvolvimento do educando, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.
- 123** Uma crítica que se faz à atual LDB é a de que ela inibe a ruptura com padrões convencionais de ensino, não admitindo projetos pedagógicos alternativos e inovadores.
- 124** A determinação da LDB de que a educação infantil deve ser integrada ao respectivo sistema de ensino configura-se como um retrocesso para o desenvolvimento de uma política consistente em torno da educação infantil.
- 125** O texto legal (LDB) prevê a criação de processos de integração entre a sociedade e a escola.
- 126** Não é objeto da LDB o estabelecimento, pelos sistemas de ensino, de parâmetros para alcançar uma relação adequada entre número de alunos e professor, carga horária e condições materiais dos estabelecimentos de ensino.
- 127** Pela LDB, a educação especial não é uma etapa nem um nível de ensino, mas uma modalidade de educação escolar que perpassa as etapas e os níveis de ensino, caracterizando-se por ser um conjunto de recursos postos à disposição de professores e alunos, visando a escolarização dos estudantes que deles necessitarem.

- 128** Observadas as normas gerais de direito financeiro público, o sistema municipal de ensino deve assegurar às suas unidades públicas de educação básica progressivos graus de autonomia nos aspectos da gestão pedagógica, administrativa e financeira.
- 129** Ao tratar dos educandos portadores de necessidades especiais, a LDB está em consonância com a tendência internacional do final do século XX: a escola inclusiva.
- 130** Uma lei não se destina a estabelecer novos paradigmas acadêmicos e científicos e, nesse particular, a LDB decidiu tratar o aluno como o eixo central da qualidade do ensino.
- 131** As escolas privadas, uma vez em atividade, estão sujeitas a processos de avaliação permanente por parte do poder público.
- 132** O FUNDEF foi fundamental para as regiões mais pobres do país, agindo em consonância com o papel do Ministério da Educação de atuar supletivamente em busca da equidade no atendimento educacional.
- 133** Os recursos do FUNDEF, incluída a complementação por parte da União, quando for o caso, serão utilizados pelos estados, pelo Distrito Federal (DF) e pelos municípios, assegurados, pelo menos, 60% para a remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público.
- 134** Em consonância com o estabelecido pela Lei n.º 9.424/1996, o Ministério da Educação, as secretarias estaduais e as secretarias municipais de educação não têm competência legal para fiscalizar a aplicação dos recursos.
- 135** Com o FUNDEF inaugurou-se importante diretriz de financiamento: a alocação de recursos de acordo com as necessidades e os compromissos de cada sistema, expressos pelo número de matrículas. Dessa forma, há estímulo para a universalização do ensino.
- 136** A aplicação dos recursos previstos na Lei n.º 9.424/1996 isentam os estados, o DF e os municípios da obrigatoriedade de aplicar recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que está previsto no art. 212 da Constituição Federal.

O Ministério da Educação produziu, entre 1995 e 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). O processo de elaboração dos PCN teve por base o estudo de propostas curriculares de estados e municípios brasileiros, a análise realizada pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais e o contato com informações relativas às experiências de outros países. Foram analisados subsídios oriundos do Plano Decenal de Educação, de pesquisas nacionais e internacionais, dados estatísticos sobre desempenho de alunos do ensino fundamental, bem como experiências de sala de aula difundidas em encontros, seminários e publicações.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: 2001, p. 17 (com adaptações).

Em relação aos PCN, julgue os itens a seguir.

- 137** O estabelecimento de uma referência curricular comum para todo o país fortalece a unidade nacional e a responsabilidade do governo federal com a educação e busca garantir o respeito à diversidade, pois possibilita adaptações que integrem as diferentes dimensões da prática educacional.
- 138** Uma idéia original dos parâmetros é a inclusão de temas sociais — os temas transversais — no âmbito das diferentes áreas curriculares e no convívio escolar.

- 139** De acordo com os PCN, os princípios pedagógicos da identidade, da diversidade, da autonomia, da interdisciplinaridade e da contextualização serão adotados como estruturadores dos currículos do ensino médio.
- 140** A base nacional comum dos currículos do ensino médio, de acordo com os PCN, será organizada em áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Saúde e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.
- 141** Ao estabelecer objetivos em termos de comportamentos, o professor amplia suas possibilidades de atendimento à diversidade apresentada pelas crianças, segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.
- 142** Um tema transversal se caracteriza como tal porque é sempre um tema complexo, tem sempre uma preocupação fundamental com atitudes e conceitos atitudinais e sua solução demanda uma abordagem interdisciplinar.
- 143** Para exercerem a função social proposta nos PCN as escolas brasileiras precisam possibilitar o cultivo dos bens culturais e sociais, condicionado às expectativas e às necessidades de alunos, pais, professores, membros da comunidade e de todos os envolvidos diretamente no processo educativo.
- 144** O critério para a organização dos PCN em ciclos de dois anos não deve ser considerado como decorrência de seus princípios e fundamentações, nem como a única estratégia de intervenção no contexto atual da problemática educacional.

A respeito de gestão de processos educacionais em uma perspectiva democrática, julgue os itens que se seguem.

- 145** A municipalização é uma estratégia lógica e adequada de centralização da gestão dos sistemas de ensino e sua democratização.
- 146** A gestão democrática, como princípio de organização dos sistemas de ensino, está contemplada na Constituição Federal e na LDB.
- 147** Na busca da reinvenção da escola e da consolidação da gestão democrática, os conselhos de escola representam uma das formas de participação da comunidade, dos alunos, dos professores e da equipe diretiva na instituição.
- 148** Para que gestão seja eficiente, há que se promover o autêntico federalismo em matéria educacional, com base na divisão das responsabilidades previstas na Carta Magna.
- 149** A colegiabilidade foi, como as eleições de diretores, uma prática experimentada pelos sistemas de ensino após a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- 150** A equipe de coordenação escolar tem por função articular todo o trabalho em torno da proposta geral da escola como elemento de fiscalização e de controle formal e burocrático.